



XIV ANPED-CO

XIV ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE

2986 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)
GT 02 - História da Educação

LIBERAIS VERSUS CATÓLICOS: Alceu de Amoroso Lima na defesa do Ensino Religioso nas escolas brasileiras.
Elias Terencio da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

RESUMO: O presente artigo busca compreender o pensamento do intelectual Alceu de Amoroso Lima acerca de sua defesa do Ensino Religioso nas escolas brasileiras e contra a laicidade do ensino propagada pelos ideais liberais da Escola Nova. O estudo procura destacar quais foram os principais argumentos utilizados pelo intelectual para fundamentar a sua teoria conceitual acerca da religião, da educação, da ciência e do homem. argumentação persuasiva de Lima e sua influência garantiu na Constituição Federal de 1934, o Ensino religioso facultativo.

Palavras-Chave: Católicos. Educação. Escola Nova.

LIBERAIS *VERSUS* CATÓLICOS: Alceu de Amoroso Lima na defesa do Ensino Religioso nas escolas brasileiras.

RESUMO: O presente artigo busca compreender o pensamento do intelectual Alceu de Amoroso Lima acerca de sua defesa do Ensino Religioso nas escolas brasileiras e contra a laicidade do ensino propagada pelos ideais liberais da Escola Nova. O estudo procura destacar quais foram os principais argumentos utilizados pelo intelectual para fundamentar a sua teoria conceitual acerca da religião, da educação, da ciência e do homem. A argumentação persuasiva de Lima e sua influência garantiu na Constituição Federal de 1934, o Ensino Religioso facultativo.

Palavras-Chave: Católicos. Educação. Escola Nova.

INTRODUÇÃO

Nosso interesse em torno desse tema é fazer uma breve retomada na História da Educação brasileira, nas décadas de 1920 e 1930, buscando conhecer como se deu a evolução do processo educacional neste período. O momento crucial da disputa entre liberais e católicos ocorreu a partir 1932, por ocasião da publicação do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, cujo objetivo era propor uma reforma profunda na educação, colocando em evidencia alguns direitos educacionais dos brasileiros, os quais podemos destacar: educação pública, escola única, laica, gratuita, obrigatória e coeducação.

A Igreja Católica reage de forma contundente, pois via o Manifesto como um documento capaz de promover tanto a destruição da família quanto instituir as bases Estado laico, isso acarretaria a perda do espaço de dominação no campo educacional brasileiro. Portanto, a Igreja Católica vê a educação como uma área estratégica para atingir os seus objetivos, então, "procurou recuperar terreno

organizando suas fileiras para travar a batalha pedagógica" (SAVIANI, 2013, p. 193).

Para entender os argumentos usados por Lima, num primeiro momento trataremos das reformas educacionais e das ideias liberais da Escola Nova e num segundo momento mostraremos a atuação dele na defesa dos ideais católicos.

AS REFORMAS EDUCACIONAIS E AS IDEIAS LIBERAIS MODERNAS

A educação no Brasil nas primeiras décadas do Século XX permanecia delegada aos governos das províncias e o Estado de São Paulo foi um dos primeiros estados a formular um plano geral da instrução pública, cuja a reforma originou os grupos escolares e esse modelo vai se propagando nos demais Estados como: Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Paraná e outros. O foco dessa reforma era a instrução primária e o Grupo Escolar nada mais é, do que a racionalização escolar voltada para a criança. "Os princípios a partir dos quais esses conteúdos deveriam ser trabalhados pelo professor junto aos alunos integram aquela concepção que a Escola Nova veio, mais tarde considerar como pedagogia tradicional" (SAVIANI, 2013, p. 172), os princípios são: simplicidade, análise e progressividade, formalismo, memorização, autoridade, emulação e intuição.

Cabe ressaltar que mesmo com propagação dos grupos escolares o problema do analfabetismo e da educação voltada para as massas populares, ainda não estava resolvido, pois o ensino permanecia seletivo e elitizado. Naquela época a população brasileira era quase toda rural, isso acarretava grandes entraves na difusão e propagação da educação de um modo geral. Esse tema será colocado e enfrentado em 1920 por meio da Reforma de Sampaio Doria em São Paulo. Esta Reforma "instituiu uma escola primária cuja primeira etapa, com duração de dois anos, seria gratuita e obrigatória para todos, tendo como objetivo garantir a universalização das primeiras letras, isto é, a alfabetização de todas as crianças em idade escolar" (SAVIANI, 2013, p. 175). A Reforma Sampaio Doria abre caminho para o surgimento de várias outras reformas nos estados brasileiros na década de 1920. Como por exemplo: A reforma de Lourenço Filho no Ceará em 1922; a reforma de Lysimaco Ferreira da Costa no Paraná em 1923; a reforma de Anísio Teixeira na Bahia em 1925; a reforma de Francisco Campos e Mário Casassanta em 1927; a reforma de Fernando de Azevedo no Distrito Federal em 1928, entre outras.

Neste período eclode o debate das ideias liberais pela universalização da escolarização e a "versão tradicional da pedagogia liberal foi suplantada pela versão moderna. A concepção humanista moderna de filosofia da educação ganhou impulso no Brasil especialmente a partir da criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924" (SAVIANI, 2013, p. 177). É também durante esse período que a reação da Igreja Católica se torna mais ofensiva contra a laicização do ensino nas escolas públicas e em 1921 é fundada a revista *A Ordem* principal meio para difundir a postura católica frente ao debate e em 1922 foi criado o Centro Dom Vital, além disso, outras Instituições foram criadas com intuito de resistir e combater as ideias liberais. A partir de 1928 entra em cena e assume a liderança do Centro Dom Vital o Alceu de Amoroso Lima, após a sua conversão ao catolicismo. No propósito de Saviani (2013, p. 181) "Com essa força organizativa, os católicos constituíram-se no principal núcleo de ideias pedagógicas a resistir o avanço das ideias novas, disputando, palmo a palmo com os renovadores, herdeiros de ideias liberais laicas a hegemonia do campo educacional no Brasil a partir dos anos de 1930".

Em 1932 é publicado "O Manifesto dos Pioneiros Escola Nova", o documento contava com 26 assinaturas, propunha uma reforma profunda na educação e colocava em evidência alguns direitos educacionais dos brasileiros, os quais podemos destacar: educação pública, escola única, laica, gratuita, obrigatória e coeducação. Os princípios propostos pelo Manifesto eram: 1. A função social da educação: trabalho, pois o indivíduo se integra na sociedade pelo trabalho. O Estado é o catalisador dessa função social e é chamado a realizá-la em cooperação com todas as instituições sociais; 2. Centralização do Ensino - a criação de um sistema articulado que funcione de maneira orgânica entre os entes federados: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Isso vai garantir a possibilidade de ação fiscalizadora e coordenadora pelo então, Ministério da Educação e Saúde Pública, órgão da administração federal direta; e 3. Sistema escolar estabelecido nas bases de uma educação integral. Educação primária gratuita e obrigatória gradativamente, à obrigatoriedade até 18 anos. Portanto, com

a publicação desse Manifesto e a propagação das ideias reformistas, o debate entre liberais e católicos se torna ainda mais acirrado, principalmente, em torno da laicidade do ensino público.

ALCEU DE AMOROSO LIMA EM DEFESA DOS IDEAIS CATÓLICOS.

Alceu de Amoroso Lima (1893 - 1983) pertencia a uma família da elite brasileira, graduou-se em direito em 1914. Como crítico literário de *O Jornal* em 1918 passou a usar como pseudônimo literário o nome de "Tristão de Atayde". Segundo Cury (2010, p. 14), Alceu foi "Considerado um dos grandes críticos literários do modernismo brasileiro nos anos 1920, aos poucos, na busca de ampliar seus conhecimentos acerca do homem e suas verdades, foi aproximando-se do ideal católico". A sua conversão ao catolicismo ocorre em 1928 e "engaja-se na militância católica, atuando na formação de coligações com o intuito de reivindicações sociais e espirituais, entre as quais a defesa do ensino religioso nas escolas públicas" (Ibidem, p. 16).

Dentre os ideais liberais vindo dos Pioneiros da Escola Nova, "Alceu não questionou o princípio de uma educação primária pública e gratuita. Mas, como político conservador, católico e simpatizante de um regime hierárquico-autoritário, opôs-se tenazmente à laicidade no ensino público" (CURY, 2010, p. 17). A partir daí

[...] a Igreja Católica assume um lugar no cenário dos debates sociais e educacionais através de personalidades intelectuais da elite brasileira, tendo à frente Alceu Amoroso Lima como figura leiga central dessa "resistência ativa" e difusora da posição católica. Alceu torna-se o braço direito do cardeal Leme, principal chefe eclesiástico da Igreja no Brasil junto com o padre Leonel Franca (CURY, 2010, p. 15).

Ainda, segundo Cury (2010), Lima se posicionou dentro do debate pedagógico brasileiro, sobretudo na década anos 30, como um severo combatente dos princípios filosóficos da Escola Nova. Porém, jamais se opôs aos novos métodos de ensino/aprendizagem dos Escolanovistas. Para Alceu retirando a renovação pedagógica propiciada por meio de técnicas e métodos, o movimento da Escola Nova, em seus "princípios fundantes", assinala a decadência das civilizações que fugiram da ordem natural das coisas. Segundo ele,

A arte de educar é, antes de tudo, a arte de educar-se. E só aprendemos bem, aquilo que ensinamos a nós mesmos. Na escola primária o mestre dá e o aluno recebe. Na escola média, o mestre indica e o aluno segue. Na escola superior mestres e alunos, no mesmo nível, procuram, entre si, conhecimentos e experiências (CURY, 2010, p. 104).

O pensamento educacional de Amoroso Lima nesta fala destaca de modo claro os elementos da pedagogia tradicional, isto é, na escola primária o mestre dá o conhecimento e o aluno como um ser passivo o recebe. Aqui, perguntamos quais seriam para Lima os entes responsáveis pela educação? Ele nos dá a seguinte resposta: "A educação compete à família, à Igreja e ao Estado" (LIMA, 1931 *apud* CURY, 2010, p. 17). Lima não só estabelece a responsabilidade de tais entes, como também elenca uma ordem lógica a ser seguida com intuito de combater a laicidade do ensino, pois,

[...] a ordem "sobrenatural (Igreja) se sobrepõe à natural (família) e essas à positiva (Estado) que Alceu temia e combatia a laicização do ensino. Para ele, a laicidade era uma arma contra o credo católico. Lima (1931, p. 89) discute e elogia a reintrodução, por Francisco Campos, do ensino

religioso nas escolas públicas por meio do Decreto nº 19.941/31. [...] Defendendo a catolicidade como traço marcante do caráter nacional do brasileiro, acreditava que nenhum avanço poderia ocorrer em qualquer área caso não se respeitasse a fé religiosa e esta não fosse incluída nas principais instituições sociais (CURY, 2010, p. 18).

A ordem "sobrenatural" (Igreja) vem em primeiro lugar, porque:

Lima defende a religião como o antídoto do pecado original pelo qual o homem se corrompe. Desse modo, a educação só batiza socialmente o indivíduo quando ela própria é orientada e redefinida pelo outro batismo: o da água e do espírito cristão. A educação, ao formar o homem, só o fará integralmente caso se faça elevar-se da formação física (poder) à formação moral e religiosa (dever), passando pela intelectual (conhecer). A integralidade do homem supõe o encontro ou reencontro do homem com Deus, sem o que a formação fica vazia ou incompleta. Nesse sentido, a educação integral faz a passagem do indivíduo para a pessoa. (CURY, 2010, p. 20)

Na visão de Lima a Escola Nova distancia o homem da essência do ser humano: o divino. Por isso, é tão incisivo no debate. Como um Católico Ultramontano (contrário ao iluminismo e ideias liberais) deve lutar para catolicizar o mundo. Porque a Igreja está perdendo a centralidade do conhecimento e em função disso, acontece esse embate com os defensores do Estado, ente federado responsável pela Educação. Neste sentido, o Manifesto dos Pioneiros "promoveria a destruição da família como sociedade educativa e imporia as bases de um monopólio estatal laico na educação escolar". (CURY, 2010, p. 19). Dentro do campo educacional, Alceu também faz uma distinção clara, demarcando as competências entre instrução, educação e cultura.

À instrução cabe ministrar conhecimentos profissionais, científicos, religiosos e morais. À educação compete infundir hábitos físicos, intelectuais e morais. E à cultura se impõe a tarefa de elevar a personalidade socioindividual pelo esporte, pelo humanismo e pela religião. Face a isso, tece crítica ao "materialismo", por onde também estaria passando o movimento escolanovista, sobretudo pela defesa do laicismo (CURY, 2010, p. 19).

Em torno dos conceitos de instrução e educação, o palco de debates continua acirrado e advoga o debate entre a "pedagogia essencialista" (pedagogia tradicional) e a "pedagogia existencialista" (pedagogia nova) ambas, segundo Saviani (1986, p. 66), "entendiam a escola como 'redentora da humanidade'. Acreditavam que era possível modificar a sociedade através da educação". Por isso Saviani as consideram como "ingênuas e idealistas". Pois, na "pedagogia essencialista" a escola tem de educar a natureza humana e quando se preocupa em educar a essência humana (indivíduo enquanto espírito) está preocupado em educar o ser humano inserido nas diversas classes sociais. Acredita-se que "a educação é um meio e não um fim. Mas é mister que esse meio esteja ao alcance de todos e não apenas daqueles que dispõem de recursos próprios para galgar todos os graus de ensino" (CURY, 2010, p. 109). Já na "pedagogia existencialista" a preocupação é a educação para o trabalho, isto é, visando o que o indivíduo vai ser na sociedade e qual será a sua atuação social. Esta preocupa com a posição com que o homem ocupa na sociedade e com qual prática a Escola irá trabalhar. Neste caso, tem-se a Escola dual com grupos distintos e com formação diferenciada, cada indivíduo ocupa uma função dentro da sociedade. Há um destaque para a Escola com cursos

elitizados. Neste modelo, o sistema capitalista não exclui o proletariado da escola. Porque mesmo se o homem pertencer a classe trabalhadora e mostrar competência para tal, o mesmo prossegue nos estudos. Essa competência, nada mais é, do que a meritocracia inserida de modo claro no Manifesto: "Se o problema fundamental das democracias é a educação das massas populares, os melhores e os mais capazes, por seleção, devem formar o vértice de uma pirâmide de base imensa" (TEIXEIRA, 1984, p. 421). Lima ataca e afirma que o Estado liberal é responsável por promover o individualismo e acelerar a luta de classes. As "classes e profissões são, portanto, realidades sociais intrínsecas que correspondem a um estágio avançado de progresso social. O progresso social faz-se por diferenciação e não por confusão. À medida que uma sociedade se civiliza afirma sua consciência de classe" (CURY, 2010, p. 81). Afirma ainda, "todo o classismo é, pois, uma decadência. O classismo proletário, como o classismo burguês, militar ou sacerdotal. O verdadeiro caminho da paz social é encontrar os limites de cada classe, fixá-los e impedir os abusos de poder" (Ibidem, idem). Logo, Lima vê na Universidade Católica a entidade capaz de formar dirigentes instruídos, os quais terão capacidade de combater a ganância e a decadência burguesa. Assim,

O Estado liberal, ao estimular o individualismo, aceleraria a luta de classes. Somente instituições sociopolíticas bafejadas pelo catolicismo seriam capazes de colocar um freio na ganância e decadência burguesas, bem como alocar o proletariado em seu lugar sob a égide da solidariedade. Por isso, apoiou a fundação da Universidade Católica, considerando-a como *locus* capaz de formar os dirigentes do povo brasileiro, tanto na ordem social e política como moral e cultural em uma direção adequada aos princípios então defendidos. Considerando os escolanovistas o oposto disso tudo, critica mais especificamente "os pioneiros anisianos" que se apoderaram da instrução pública entre nós (CURY, 2010, p. 19).

Para cumprir a sua finalidade última a Igreja tem que ir aonde o povo está. Por isso, a formação humana é bem dividida no Século XIX em: Instrução (pública - a Escola com o seu currículo) e Educação (função da família - ensinar as regras sociais e valores morais para vivência em sociedade, isso era algo privado, educação com preceptores, educar é entendido como usar o conhecimento em benefício próprio). Porém, no Século XX a Escola pública está instituída, o Estado vai assumir e a Instrução passa para a Educação. Não há mais a distinção entre Instrução e Educação e sim uma fusão, isto é, passa a ser tudo considerado Educação.

No pensamento de Alceu a escola deve ensinar o conhecimento e ensinar a usá-lo. Se por um lado, essa capacidade de ensinar a ética está posta na religião, pois os valores éticos e morais auxiliam na sociabilidade, fazendo desabrochar o amor ao próximo, fraternidade, obediência as hierarquias, entre outros. A ética deve ser cristã porque a religião é própria do ser humano, cujo o fim é a salvação. Por outro lado, contrariamente ao cientificismo da Escola Nova, precisa-se de algo que coloca freio na ciência. O uso da ciência muitas vezes extrapola os valores morais e isso se torna um problema na visão da Igreja. Para Lima "Não se trata, de modo algum, de pôr um freio ao progresso da humanidade. Creio, ao contrário, que, se há progressos que sejam definitivamente adquiridos, são os progressos materiais. A máquina é um bem. O mal está no modo de a utilizarmos" (CURY, 2010, p. 62). Assim, "O que queremos não é destruir a técnica e sim humanizar o homem, desmotorizá-lo. E essa desmotorização só se obterá pela volta à primazia dos valores espirituais sobre os valores materiais, sejam pecuniários, como no mito da riqueza, sejam tecnológicos, como no mito da máquina" (Ibidem, p. 64). Para Lima, "a educação escolar é uma das instituições sociais capazes de oferecer todos esses elementos", tais como: conhecimento, formação profissional e graus mais elevados de cultura através da sabedoria religiosa. "Daí a ênfase que os católicos imprimirão à defesa do ensino religioso, ao menos facultativo, nas escolas públicas, nos horários normais de oferta de disciplinas" (CURY, 2010, p. 21).

Portanto, compreendemos que os argumentos de Lima foram contundentes e persuasivos, somados a sua influência garantiu na Constituição Federal de 1934, o "Art 153 - O ensino religioso será de freqüência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno

manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais" (BRASIL, 1934, on-line). A partir de 1938, Alceu vai gradualmente retornando ao liberalismo, defendendo a liberdade e a democracia, porém não se afasta de sua influência no catolicismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alceu de Amoroso Lima teve grande participação e influência política no apoio aos ideais católicos na defesa do Ensino Religioso nas escolas públicas. Combateu de modo ferrenho a laicidade num período determinado da História da Educação brasileira.

Após muitas disputas e debates, tanto por parte dos liberais quanto dos católicos, uma coisa é fato na História da Educação, mesmo prevalecendo em suas Bases Curriculares (LDBN/1996) os ideais liberais modernos como: escola pública, gratuita, obrigatória e laica. A Igreja Católica nunca perdeu totalmente a sua hegemonia, pois o Ensino Religioso sempre esteve presente nas Escolas públicas e privadas do país, ora como obrigatório, ora como facultativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934*. Promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm> Acesso: 01 mai. 2108.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Alceu de Amoroso Lima*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

SAVIANI, Demerval. *Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1986.

_____. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

TEIXEIRA, Anísio. O manifesto dos pioneiros da educação nova. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.65, n.150, maio/ago. 1984. p.407-425.